

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT 30 de Junho de 2021

POR UMA CONCERTAÇÃO SOCIAL COM COMPROMISSOS! COM CONSEQUÊNCIAS! COM RESULTADOS!

A UGT há muito que vem alertando para a necessidade de uma concertação social que, mais do que funcionar com regularidade, funcione com objetivos e com resultados.

A última reunião de concertação social, realizada a 23 de Junho, tornou bem evidente – mais uma vez - o motivo desta preocupação.

Uma reunião em que o Governo se limitou a realizar pontos de situação (dossiers “suspensos” pela pandemia) ou apresentação de dados estatísticos (sobre os apoios no quadro da pandemia), num exercício que apenas tornou evidente o que não se fez e o que se parou de fazer.

Não basta falar dos trabalhos do grupo criado para a matéria da conciliação entre a vida profissional e a privada.

Importa lembrar que os parceiros sociais apresentaram repetidos contributos e propostas e aguardam **ainda** respostas do Governo, desde final de Março.

Não podemos realizar repetidas reuniões de apresentação e discussão do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho e **não avançar sequer com uma qualquer agenda de temas para negociação.**

Não podemos aceitar que o único tema que parece poder conhecer um avanço no curto prazo – e, mesmo assim, após vários meses sem desenvolvimentos - seja o de um possível acordo sobre a formação profissional.

É um tema central, uma matéria estruturante e que exige uma resposta urgente.

Saudamos o possível impulso que se pretende agora dar ao acordo da formação profissional. Mas é preciso mais!

A UGT não aceita a omissão e inação do Governo em matérias fulcrais e decisivas para o País e foi isso que expressámos na última reunião de CPCS.

E relembremos que, além das matérias e dossiês apontados pelo Governo, há discussões que não podem continuar a ser adiadas.

Não podemos afirmar a importância do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e pôr de lado aspetos e dimensões centrais para a sua concretização.

A discussão sobre valorização dos salários e rendimentos é apenas um exemplo. Está parada há mais de um ano e o Governo não parece ter vontade de a realizar.

Tem de ser retomada!

A concertação social não pode continuar a ser um exercício de informação e audição. Tem de ser consequente!

A UGT regista positivamente a aprovação, na Assembleia da República, do **prolongamento das moratórias** para empresas e famílias.

Mas lamentamos que o Governo não tenha atuado quando a UGT foi das primeiras organizações a alertar, incluindo em sede de concertação social, para este problema.

É tempo de o Governo ouvir a UGT quando alertamos para a urgência de se prolongar e reforçar um conjunto de medidas dirigidas a trabalhadores e famílias, sobretudo num quadro em que a pobreza e os despedimentos dão sinais cada vez mais preocupantes. **É necessário deixar de olhar só para as empresas!**

A garantia de manutenção de serviços essenciais (água, eletricidade, gás, etc.), a adequação da proteção social (e não apenas nas medidas COVID!) e a proteção da habitação têm de estar na mira do Governo. Já!

Mas a concertação tem de continuar também a ter um papel na construção e consolidação de uma visão estratégica de desenvolvimento económico e social sustentado e sustentável.

Nesse sentido, e com especial premência, **não pode continuar a ser adiada uma discussão profunda e consequente sobre o Quadro Financeiro Plurianual** e sobre os compromissos específicos para o nosso País, no âmbito do Acordo de Parceria.

Mas temos de lembrar que todas as verbas que nos são disponibilizadas, incluindo aquelas que nos chegam já no quadro do PRR, exigem igualmente responsabilidade, compromisso, envolvimento, acompanhamento, monitorização, transparência e fiscalização.

Só assim garantiremos o que nos tem falhado tantas vezes no passado: uma mudança estrutural da economia e da sociedade, com convergência para a UE e melhores condições de vida e trabalho para todos!

Os parceiros sociais devem ser reconhecidos como parte importante em todas estas discussões. A UGT exige que, mais do que nunca e num momento decisivo para Portugal, **o Governo assuma uma concertação social que:**

- **permita a TODOS os parceiros sociais**, com compromissos conjuntos e não com cada um a trabalhar com o seu “ministério”, **estarem igualmente envolvidos na preparação do futuro;**
- reflita e atue de forma abrangente sobre os desafios estruturais do País. **A concertação não é só mercado de emprego e legislação do trabalho;**

A concertação social deve ter a centralidade que merece e que o País precisa.

SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUEREM NEGOCIAÇÃO COM RESULTADOS, AO INVÉS DE ANÚNCIOS INCONSEQUENTES

A UGT condena a forma como o Governo tem vindo a encarar e a desenvolver a negociação coletiva para a Administração Pública, quando opta por anunciar na comunicação social a hipotética existência de soluções para questões fundamentais para os trabalhadores em vez de apresentar e negociar com os sindicatos do setor essas mesmas soluções.

Esta realidade, inquestionável, exige, da parte da UGT, **uma tomada de posição cada vez mais firme relativamente ao direito à negociação e à contratação coletiva**, não só através da promoção de processos negociais com resultados, como também através do resgate desses processos para as sedes próprias, **devolvendo aos sindicatos um papel que, por força das soluções governativas adotadas nas duas últimas legislaturas, lhes foi retirado.**

A forma como está a ser conduzido processo negocial que tem em vista a alteração do SIADAP é um exemplo claro da forma pouco séria de como o Governo está a encarar a negociação de matérias centrais para o futuro dos trabalhadores.

Depois de duas reuniões sobre o tema, **o processo está estagnado há cerca de dois meses, não tendo sido apresentada ainda o Executivo sido capaz, até à data, de apresentar qualquer proposta concreta de alteração ao Sistema de Avaliação dos trabalhadores da Administração Pública.**

Por outro lado, relativamente às matérias que, tal como os sindicatos da Administração Pública, é o próprio Governo a considerar que devem ser negociadas e alteradas complementarmente ao SIADAP, como sejam as carreiras e a tabela remuneratória única (TRU), **assistimos, igualmente, a uma série de anúncios por parte de membros da tutela, sempre feitos através dos órgãos de comunicação social, onde é dito que existem várias soluções em cima da mesa sem que, contudo, e de forma inaceitável, essas soluções sejam discutidas, ou sequer apresentadas, aos sindicatos.**

O mesmo se passa relativamente à intenção de alterar o estatuto do pessoal dirigente, no que concerne às renovações das comissões de serviço dos dirigentes da Administração Pública, revelada em entrevista dada por um membro do Governo, sem que existisse previamente qualquer nota dessa intenção dada aos sindicatos.

Entretanto, permanecem sem resposta os insistentes pedidos de reunião feitos pelos sindicatos da Administração Pública da UGT aos mais diversos órgãos da tutela.

Perante estas evidências, **a UGT reafirma a exigência de respeito e de valorização da negociação coletiva como sendo o caminho a privilegiar no sentido do alcance de resultados tendentes à resolução dos problemas existentes na Administração Pública**, retomando os processos negociais estagnados e convocando os sindicatos para negociar todas as matérias que dizem respeito aos trabalhadores.

UGT APOIA OS SEUS SINDICATOS E OS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NA JUSTA LUTA EM DEFESA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DA VALORIZAÇÃO SALARIAL

A negociação coletiva não ficou imune aos impactos socio-económicos provocados por esta pandemia. Os números falam por si: basta consultarmos os dados referentes ao ano de 2020 e ao primeiro quadrimestre de 2021 para facilmente constatar que, em termos de negociação coletiva, regredimos ao tempo da “troika”, quer em termos de convenções negociadas e publicadas, quer em número de trabalhadores abrangidos.

O Governo que, em sede de CPCS, tanto apregoa a necessidade da promoção e da dinamização da negociação coletiva no setor privado, bem que podia dar o exemplo no setor público, nomeadamente nas empresas de transportes do Setor Empresarial do Estado, cujos trabalhadores estiverem sempre entre os vários protagonistas que, durante os períodos de confinamento, continuaram a contribuir para o esforço coletivo de manter o país a funcionar minimamente.

Não obstante, os problemas destes trabalhadores arrastam-se há anos sem que se vislumbre do Estado “patrão” qualquer esforço de correspondência na resolução dos mesmos.

O direito à negociação coletiva, através de processos negociais com resultados, tem sido a aposta estratégica dos sindicatos filiados na UGT, mas que, infelizmente, não tem tido correspondência da outra parte, apesar das muitas propostas já apresentadas pelos nossos sindicatos.

Estamos a falar de um setor que precisa de trabalhadores valorizados e reconhecidos nas suas competências e responsabilidades, o que só pode ser obtido através de processos de negociação coletiva com princípio, meio e fim, e não constantemente bloqueados pelas administrações destas empresas, que muitas das vezes se colocam no papel de “mais papistas que o papa”.

É neste contexto que a UGT não pode deixar de manifestar a sua solidariedade e total apoio à justa luta dos trabalhadores das empresas de transportes do Setor Empresarial do Estado (IP/CP/METRO/TT/SOFLUSA) que têm vindo a desenvolver vários processos de luta (greves, protestos, vigílias etc.) em defesa da negociação coletiva e da valorização dos seus salários.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NÃO PODE CONTINUAR A IGNORAR A REALIDADE E A EVITAR POLÍTICAS URGENTES PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O Secretariado Nacional da UGT assinala que o Ministério da Educação continua a assumir uma posição incompreensível de recusa de diálogo em relação a qualquer uma das questões que estão identificadas e que carecem de solução, para que se eliminem estrangulamentos identificados e limitações conhecidas no sistema educativo e no desenvolvimento das carreiras dos seus profissionais.

Desde logo, torna-se essencial que haja um reforço do investimento em educação, até porque continuamos com verbas de Orçamento do Estado que continuam a ser inferiores às de 2009 e 2010. E o Ministério da Educação não duplica as verbas por estar a anunciá-las por mais do que uma vez ou ao apresentar as mesmas verbas sob designações ou programas diferentes, como ainda agora aconteceu com o Programa 21/23 Escola+.

É urgente reconhecer os profissionais da educação através de medidas concretas no desenvolvimento das carreiras que façam com que se eliminem os fatores meramente administrativos que atrasam as progressões, apenas com a preocupação de embaratecer os custos dos trabalhadores que são imprescindíveis, como é o caso das quotas para atribuição de menções avaliativas mais elevadas ou das vagas para acesso aos 5º e 7º escalões.

Não se pode continuar com os níveis e dimensões de precariedade que continuam a marcar os profissionais do setor, de que é evidência a idade média com que vão entrar este ano nos quadros muitos docentes ou ainda o recurso a Contratos de Emprego Inserção no caso de Trabalhadores Não Docentes.

O rejuvenescimento dos profissionais deste setor deveria constituir um objetivo, com programas claros e eficientes que reconheçam as condições em que se deve assegurar uma transição de profissionais com mais experiência para profissionais mais novos. Trata-se de uma área problemática identificada por organismos internacionais, como a OCDE, e nacionais, como o Conselho Nacional de Educação, sem que da parte do Ministério da Educação se ouça uma única palavra de sensibilidade para o problema e de vontade política para o resolver.

A UGT e os seus Sindicatos têm insistido nestas e em outras áreas de políticas educativas, mas o Ministério da Educação permanece insensível e incapaz de propor uma linha de trabalho que articule sistemicamente a multiplicidade de questões que não podem ser adiadas.

A verdade é que em relação a tudo o Ministério da Educação revela uma incapacidade incompreensível para admitir os problemas que todos antecipam e que não se resolvem por si.

O Secretariado Nacional da UGT reitera o seu apoio às ações que os seus Sindicatos membros promovem no sentido da denúncia desta situação, e reitera o apelo ao Ministério da Educação para que se sente à mesa da negociação e do diálogo social, para que se trabalhe de uma forma consequente para a resolução dos problemas existentes.

VACINAÇÃO TOTAL É URGENTE !!!

A UGT regista com agrado o facto de, neste momento, mais de 50% da população já ter efetuado uma dose da vacina e cerca de 1/3 ter o processo de imunização completo. A expectativa tornada pública pelo governo é de que o processo de vacinação a todas as faixas etárias, a partir dos 18 anos, decorra após o dia 4 de julho.

A UGT reforça ainda que é necessário garantir a vacinação total dos trabalhadores dos serviços essenciais e nos setores de mão-de-obra intensiva.

No entanto, segundo as informações dos últimos dias, o objetivo de ter 70% da população portuguesa vacinada até 8 de agosto pode resvalar 15 dias por causa dos atrasos nas entregas, que continuam a verificar-se por parte de dois laboratórios, o que muito nos preocupa.

A UGT saúda o empenho, a competência e o profissionalismo dos trabalhadores afetos à execução do plano, em especial, neste processo, os enfermeiros.

É essencial que nesta época de férias se garantam mecanismos de contratação de trabalhadores que possam assegurar, e até aumentar, o ritmo de vacinação, garantindo o cumprimento do maior processo de vacinação em massa alguma vez realizado a nível nacional e internacional.

É neste sentido que a UGT reafirma a necessidade de um maior equilíbrio nas posições públicas dos responsáveis políticos de todos os quadrantes, pois todos sabemos que o pior adversário na recuperação do país é o cansaço, e que os constantes avanços e recuos quebram o ânimo e frustram as expectativas, comprometendo a indispensável adesão de todos.

PT/ALTICE TRABALHADORES NÃO SÃO MERCADORIA DISPENSÁVEL

Desde a compra da PT Portugal por parte da Altice, em Junho de 2015, que já houve uma redução de +/- 4500 trabalhadores.

Nos primeiros 6 meses do corrente ano verificou-se uma diminuição de cerca de 1.100 trabalhadores, tendo este número ficado longe dos objetivos da empresa (que segundo o CEO, tinha como meta a saída de +/- 2000 trabalhadores).

Isto levou a que na passada terça-feira, dia 22/06/2021, o CEO da Altice, Eng. Alexandre Fonseca, pelas 12H reunisse com a Comissão de Trabalhadores da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S. A., pelas 12H10, por e-mail interno, se dirigisse a todos os trabalhadores, e pelas 14H30 reunisse com os sindicatos, para anunciar um despedimento coletivo de cerca de 300 trabalhadores, caso os mesmos não venham a aceitar uma RMA proposta pela Empresa.

Desde Junho de 2015 que sempre foi evidente a redução de trabalhadores, com recurso a todos os meios ao dispor da empresa: RMA's, Suspensões de Contrato, Pré-Reformas e Transmissão de Empresa ou Estabelecimento.

A aplicação desta última medida, muito polémica, e que levou à última greve havida na Altice, em 21 de Julho de 2017, teve como consequência a alteração, em sede da Assembleia da República, em 2 de Fevereiro de 2018, do regime até aí previsto para a Transmissão de Empresa ou Estabelecimento, com mais garantias para os trabalhadores e maior escrutínio para os empregadores envolvidos.

Por outro lado, o emagrecimento da PT Portugal sempre foi evidente com a venda das Antenas, criação de empresas para reduzir o número de trabalhadores na MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., venda de parte da fibra ótica, e venda de imobiliário da PT Portugal, bem como deixar de investir, e descontinuar a promoção de novas soluções como o Meo Música, Meo Drive, Meo Táxi, entre outras APP's.

A Altice, desde que comprou a PT Portugal, que tem exigido à PT que esta pague por utilizar a marca Altice, e que a PT pague à Altice a sua compra e os respetivos juros da compra.

Resultados da Altice Portugal em:

2019

Aumento da receita 1,7% (2.111M€)

EBITDA 832M€

2020 (ano de pandemia)

Aumento da receita 0,5% (2.121,2M€)

Aumento do EBITDA 0,2% (833,6M€)

1º Trimestre de 2021 (comparado com período homólogo)

Aumento da receita 5,1% (549,1M€)

Descida do EBITDA -2,8% (204,3M€)

Apesar destes resultados e lucros, a empresa entende que o despedimento coletivo é o caminho para o ano corrente, e para 2022 já deixou o alerta de igual procedimento.

Novo despedimento coletivo, a acontecer, será o terceiro no setor das telecomunicações, todos com a envolvimento do nome da Altice, sendo:

2012 - 372 Trabalhadores da Cabovisão, 2 meses depois de ter sido comprada pela Altice;

2018 – 50 Trabalhadores da ONI e NOWO, depois da venda da Altice a gestora de fundos norte-americana KKR;

2021 – 300 Trabalhadores da Altice Portugal

Como é que a empresa ainda diz que esta é uma medida que favorece os trabalhadores????

A BANCA LIDERA O PROCESSO DE DESPEDIMENTOS COLETIVOS DOS MILHÕES GANHOS PELOS ACCIONISTAS AOS TOSTÕES PAGOS AOS TRABALHADORES ALVO DA CRISE

Os trabalhadores do sector bancário encontram-se, na presente data, a atravessar uma profunda e impactante crise, resultante de uma violenta pressão globalizada para a eliminação de postos de trabalho, encontrando-se atualmente em manifesto ataque o direito constitucionalmente consagrado da segurança no emprego.

O sector, nomeadamente alguns bancos, tem levado a cabo “programas de reestruturação”, mediante os quais vêm apresentando a centenas de trabalhadores propostas de rescisão por mútuo acordo (RMAs) ou reformas antecipadas, com especial enfoque para as primeiras, recorrendo em alguns casos a pressões inaceitáveis, que se traduzem em ameaças concretas e diretas de despedimentos individuais com prazo certo anunciado, ao arrepio do que a legislação laboral prevê, criando situações de pânico generalizado nos trabalhadores bancários.

A título de exemplo, os Serviços Jurídicos dos sindicatos bancários filiados na UGT têm mantido diariamente um atendimento de dezenas de associados, fluxo motivado pela torrente de propostas de RMA's e reformas antecipadas, sendo que a clara opção é pela destruição massiva de postos de trabalho, observando-se a substituição de muitos desses trabalhadores por outros precários, em regime de *outsourcing*, trabalho temporário, ou com vínculos a termo, pelo que, sendo claro que o sector se encontra necessitado de mão de obra, só se poderá concluir que alguns bancos estão a repercutir nos trabalhadores a sua deficiente gestão, procurando a diminuição de custos e encargos por via da cessação dos contratos de trabalho e consequente cumulação anormal e excessiva de funções nos recém-contratados em condições precárias.

O secretariado nacional da UGT considera essencial salientar, ainda que não existam dados concretos que o comprovem, que os trabalhadores selecionados para as propostas descritas terão com certeza sido escolhidos de forma aleatória, por meio de algoritmo computacional, que identifica aqueles com

perda, ou ausência, de produtividade, não existindo sequer uma seleção assente no mérito e no momento pessoal da vida do trabalhador na atualidade.

Isso resulta claro da quantidade impressionante de trabalhadores bancários a quem são propostas cessações dos contratos de trabalho e que, ou se encontram de baixa médica, pela maior variedade de enfermidades que se possa catalogar, ou que têm familiares diretos de primeiro ou segundo grau com doenças graves e incapacitantes, nomeadamente e com maior ênfase as enfermidades oncológicas, degenerativas do sistema nervoso e psiquiátricas, as quais obrigam os bancários a apoiar esses familiares nos termos da lei, sendo que, por esse motivo, ocorrem diminutas perdas de produtividade, mas que claramente são de imediato sinalizadas pelos Bancos, os quais não se inibem de selecionar os trabalhadores com os quais não pretendem contar, não com base no mérito, entrega, abnegação ou qualidade de trabalho, mas unicamente assente em critérios de abaixamento de produtividade ou absentismo, provocado quase exclusivamente por questões familiares e humanitárias.

Este comportamento é diametralmente oposto àquele preconizado e propagandeado nos sucessivos Relatórios e Contas das Instituições de Crédito, quando se consideram empresas que cumprem com as suas responsabilidades sociais, o que claramente não corresponde à realidade, considerando que é da maior e inteira justiça que, caso um Banco tenha real e justificada necessidade de reduzir o quadro de pessoal, e face à prática atual e padrão de trabalhadores selecionados, privilegie as reformas antecipadas, por forma a que os trabalhadores mantenham algum controlo sobre a gestão económica do seu agregado familiar e não percam direitos que obtiveram, fruto da dedicação às respetivas entidades patronais, que se traduz em largos anos a aportarem valor para a sua instituição.

Por fim, o secretariado nacional da UGT salienta o número crescente de trabalhadores bancários que vêm sucumbindo à síndrome de *burnout*, depressões, ansiedade generalizada, ou ataques de pânico, fruto do contexto laboral onde estão inseridos e que os incapacitam para o trabalho, culminando numa diminuição ou inexistência de produtividade, degradação das relações familiares e da saúde pessoal e do agregado onde se encontram integrados, como pressões para atingirem objetivos pré-definidos, assédio moral, teletrabalho sem ocupação efetiva, *downgrade* de funções, mobilidade geográfica ou alteração de funções como forma de retaliação, etc..

Deste modo:

O secretariado nacional da UGT e os seus sindicatos do setor filiados exigem o fim imediato das posturas descritas, um recuo nas intenções das reduções de postos de trabalho e ainda o compromisso de um constante diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores, de forma séria e construtiva.

Depois de dezenas de anos a acumular milhões para os banqueiros e acionistas, cabe agora aos trabalhadores responderem pela crise, após uma dedicação de vidas inteiras a contribuir para o enriquecimento de alguns, poucos, com magros tostões a serem dispendidos para mandar para o desemprego quem tanto deu de si a um setor que engordou e fez engordar.

MAIS FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MELHORES RENDIMENTOS

Urge dotar Portugal de capacidade de resposta aos desafios do desenvolvimento económico, se quisermos ver assegurados novos empregos e novas condições de trabalho, com mais e melhores rendimentos. Tal desafio passa, necessariamente, pela capacitação de recursos humanos na área da

formação profissional e das competências digitais, tão necessárias a assegurar a competitividade nacional e internacional dos trabalhadores portugueses num mundo cada vez mais global,

É preciso que as novas gerações adquiram as competências profissionais do futuro, mas é também necessário não deixar ninguém para trás e, por isso, revestem especial cuidado os investimentos do PRR-Plano de Recuperação e Resiliência em *políticas ativas de emprego* e em *formação profissional adequada* aos trabalhadores, no sentido de promover uma adequada e justa transição para a economia digital, verde e descarbonizada.

Dos, aproximadamente, dois mil milhões de Euros em fundos disponíveis no PRR-Plano de Recuperação e Resiliência para as áreas do ensino e da formação profissional, não resulta claro que venham a dar cabal resposta às necessidades dos trabalhadores e suas famílias, quer por estarem algo difusos entre o Pilar Resiliência e o Pilar Transição Digital, quer por haver uma elevada componente infraestrutural que exigirá atenção sindical.

No PRR destacam-se, claramente, a modernização da oferta do ensino e formação profissional, a modernização dos estabelecimentos de ensino e formação profissional, destaca-se também um compromisso com o emprego sustentável e justo para reduzir o emprego precário e as injustiças de género, bem como se verifica uma preocupação com a excessiva segmentação do mercado de trabalho que será necessário combater. Ponto também importante, numa perspetiva sindical, será o incentivo à formação de adultos e à formação de jovens nas áreas científicas e tecnológicas e ao qual a UGT não abdicará de estar profundamente envolvida através do CEFOSAP e das necessárias parcerias com instituições do ensino superior.

Dar resposta aos desafios que se avizinham, quer em políticas ativas de emprego, quer em novos modelos de formação profissional, quer na dotação de condições infraestruturais e de equipamentos para os centros de Formação Profissional - nomeadamente o CEFOSAP - exige um acompanhamento sindical empenhado e atento de todas as estruturas da UGT e dos seus sindicatos nos diversos domínios sectoriais.

A UGT está empenhada no desafio da modernização das estruturas da formação profissional e está fortemente empenhada em que, aos acréscimos de formação pelo esforço pessoal dos trabalhadores e suas famílias, também se reflita nas políticas de rendimentos - A mais formação e melhores competências tem que corresponder necessariamente mais e melhor rendimento.

Sentida há muito uma necessidade de reformular as políticas de formação profissional e de uma profunda revisão dos conteúdos e dos perfis da formação, vinha sendo formado um consenso entre os Parceiros Sociais para a possibilidade de um Acordo Tripartido de Concertação Social, no âmbito das políticas da formação profissional, em sede da Comissão Permanente da Concertação Social.

Tendo em consideração o urgente debate sobre a matéria, a UGT exorta o Governo a que, no mais curto período de tempo, promova um consenso sobre os desafios da formação profissional, que possa resultar num Acordo Tripartido de Concertação Social, de modo a compatibilizar os desafios estruturais da formação profissional com os investimentos previstos no PRR para esta área de intervenção.

A UGT NO PLANO INTERNACIONAL

OIT (Organização Internacional do Trabalho):

Em 100 anos de história, esta foi a primeira Conferência Internacional do Trabalho (CIT) que se realizou de forma virtual.

De salientar que este ano competiu à UGT a representação dos Trabalhadores Portugueses, com a intervenção do Secretário-Geral a ser difundida no passado dia 14 de Junho.

Nesta primeira parte da 109ª CIT, estiveram em discussão dois documentos:

Apelo Global à Ação - a nível global a pandemia afetou desproporcionalmente os trabalhadores informais e os trabalhadores com vínculos precários, que na maioria dos casos não puderam beneficiar dos sistemas de proteção social.

Alguns sectores – turismo, restauração, transportes – sofreram paragens forçadas e abruptas que resultaram em diminuição de rendimentos e aumento de desemprego. Por outro lado, muitos trabalhadores encontraram-se, de um dia para o outro, na linha da frente da pandemia, devido ao facto de desempenharem funções que asseguraram o funcionamento das nossas sociedades e economias. Tudo isto veio colocar a necessidade de assegurar uma retoma mais inclusiva, mais sustentável, capaz de tornar as economias mais resilientes.

Foi neste contexto que foi possível chegar a um acordo global tripartido que estabelece um conjunto de ações e de medidas para criar uma retoma que se pretende que seja centrada nas pessoas, comprometendo por um lado governos e parceiros sociais e por outro a OIT, cujo mandato vai no sentido de promover a justiça social e o trabalho digno.

O Apelo Global à Acção está baseado na Declaração do Centenário para o Futuro do Trabalho, adotada em 2019, e apela a ações coordenadas e urgentes, incluindo cooperação e solidariedade internacional para assegurar a retoma económica e o acesso global e universal às vacinas, de forma a não deixar ninguém para trás.

Resolução sobre a Proteção Social – a adoção deste documento reveste-se de grande importância, já que estabelece a proteção social como um direito humano e responsabiliza os Estados por providenciarem uma segurança social adequada e sustentável, de acordo com os padrões da OIT. Estabelece que os Estados são os responsáveis por uma Segurança Social universal e que este é um instrumento na redução da pobreza e da desigualdade. Declara que a Segurança Social é um investimento para uma economia resiliente, contribuindo para o trabalho digno e a coesão social. Entre as ações definidas, figura a criação de um Fundo Global de Proteção Social, destinado a complementar o esforço individual dos países pobres, ou devastados por desastres naturais. Mais uma vez, trata-se de um documento em linha com a Declaração do Centenário numa área que a pandemia tornou ainda mais urgente.

De referir, pela sua relevância para a UGT e para Portugal, a eleição da Secretária Internacional da UGT, Catarina Tavares, para o Conselho de Administração da OIT, que mereceu um amplo apoio mundial e que revela a forma assertiva e empenhada como a UGT e os seus dirigentes se vêm afirmando no plano internacional.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA U.E.

Portugal assumiu no 1º semestre de 2021 a Presidência da U.E.

Como não poderia deixar de ser, foi uma presidência muito marcada pelos constrangimentos impostos pela situação pandémica que se vive.

A Presidência Portuguesa foi vista pela generalidade dos sindicatos europeus e pela ETUC-CES como uma oportunidade para colocar a dimensão social na agenda da Europa. Portanto, desde o primeiro momento, houve um ambiente de grande expectativa em redor dos dossiês que foram a imagem de marca desta presidência, desde logo porque as prioridades anunciadas coincidiam com muitas das prioridades do movimento sindical europeu.

O momento alto desta presidência foi, sem dúvida, a Cimeira Social do Porto, uma cimeira tripartida que veio colocar metas e estabelecer um Plano de Ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A importância desta cimeira residiu no facto de se terem assumido compromissos claros na redução das desigualdades; de haver um compromisso para alcançar novas metas para aumentar o emprego de qualidade e a formação e de haver um reconhecimento do Pilar Europeu como um elemento fundamental da desejada retoma económica.

Tudo isto num quadro em que o diálogo social foi mais do que uma figura de retórica.

Não foi possível concluir o processo da Diretiva Europeia sobre o Salário Mínimo Adequado e Negociação Coletiva. Com efeito, trata-se de uma matéria sobre a qual não foi possível encontrar os consensos necessários, e será necessário esperar para que volte a haver um alinhamento favorável na agenda da Europa sobre esta matéria sensível, mas socialmente relevante.

A Presidência Europeia foi pontuada por acordos em matérias fundamentais do ponto de vista social, de que destacamos a **Garantia Europeia para a Infância** e a adoção da **Estratégia Europeia para a Erradicação e Inclusão dos Sem-abrigo, bem como a Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2021-30)** dossiês instrumentais na luta contra as desigualdades e a pobreza.

Entre os pontos positivos desta Presidência saúda-se a aprovação do PRR e o pronto início da sua execução, num momento em que é fundamental mobilizar todos os esforços no sentido de uma retoma sustentada.

Durante a Presidência Portuguesa, foi ainda possível lançar uma iniciativa da maior importância: a Conferência sobre o Futuro da Europa.

Esta Conferência terá o seu ponto alto no próximo ano, mas até lá, compete aos sindicatos e aos cidadãos participar, de forma a colocar a dimensão social da Europa na agenda. Uma iniciativa que se espera venha a envolver, de forma ativa, os parceiros sociais da Plataforma online e do necessário envolvimento ao nível dos fóruns de discussão ao nível nacional.

Assim, o Secretariado Nacional da UGT, reunido em Lisboa, no dia 30 de Junho de 2021, delibera:

- Exigir ao Governo passar das meras palavras de circunstância às ações concretas, promovendo um efetivo diálogo social, que permita concretizar as justas reivindicações dos trabalhadores portugueses, num momento de grande incerteza quanto ao futuro, provocado pela pandemia e que, não servindo de desculpa para tudo, deve garantir a saudável negociação coletiva entre os vários setores da Administração Pública e do Setor Público Empresarial;

- Apelar ao Governo que cumpra o seu papel pedagógico na negociação coletiva e no diálogo social, dando exemplo de boas práticas ao setor privado, designadamente não bloqueando a contratação e a valorização de salários e rendimentos, fundamentais para combater as desigualdades sociais e a pobreza, em crescendo no nosso país;

- Instar o Governo a não ceder aos caprichos e exigências de muitos empregadores que, na mira de acederem aos apoios dos fundos estruturais integrados no quadro financeiro da UE até 2027, apenas exigem apoios financeiros a fundo perdido, mantendo as POLÍTICAS TRADICIONAIS DE BAIXOS SALÁRIOS tão ao gosto do setor empregador português;

- Reivindicar ao Governo que cumpra a sua parte no que toca ao Plano de Ação para a Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, tal como foi celebrado no Porto em 7 de Maio último, designadamente nas matérias urgentes e adiadas da Conciliação entre a Vida Profissional, Privada e Pessoal e também nas Qualificações dos Trabalhadores.

Urgem os acordos de concertação social sobre estas duas matérias chave do Pilar, mas também para o desenvolvimento do nosso País;

- Alertar o Governo para os atropelos e abusos que estão a ser cometidos por grandes empresas e multinacionais, algumas das quais receberam ajudas do Estado e da UE, que agora se encontram em processos de reestruturação à custa de atirar milhares de trabalhadores para a rua, através de Rescisões de Mútuo Acordo, que de Mútuo Acordo não têm nada – veja-se o setor bancário e a PT/ALTICE e o setor público empresarial na área dos transportes;

- Exigir ao Governo que se fale menos e se atue de forma mais discreta, evitando o alarmismo e o pânico na população, perante o quadro de incerteza que se abate no País sobre as medidas de combate à pandemia. Os facilitismos com que os portugueses estão confrontados face a declarações de altas figuras do Estado, não ajudam na responsabilização de cada cidadão perante o esforço coletivo necessário da parte de todos os portugueses.

A comunicação do Governo e dos governantes, ou peca por excessiva, ou ajuda a desinformar, criando incerteza e dúvidas nos cidadãos.

A organização de eventos internacionais no nosso país, quando o acesso a eventos nacionais está reduzido ou vedado aos nacionais, provocou inconformismo e desigualdade nos portugueses.

A forma como altas figuras do Estado incitaram os portugueses a deslocarem-se para apoiarem a seleção nacional de futebol foi um ato de irreflexão, no atual contexto pandémico.

Em quem hão-de os portugueses acreditar?

O Secretariado Nacional da UGT exige que o Governo e as autoridades de saúde FAÇAM TUDO o que estiver ao seu alcance para acelerar o plano nacional de VACINAÇÃO CONTRA A COVID.

Urge manter uma imagem de segurança e de CONFIANÇA.

A UGT e os seus sindicatos saberão responder aos desafios do País, na defesa dos trabalhadores e da dimensão social que importa defender e salvaguardar num momento tão difícil.

Lisboa, 30 de Junho de 2021

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT